

AGU registrou mais de 2 milhões de movimentações judiciais em 2022



Justiça Brasil 2023, lançado no dia 10 de maio, no Supremo é disponível gratuitamente na versão online ([clique aqui para ler](#)), em sua versão impressa ([clique aqui para comprar](#)).

Tanto quanto a Presidência da República, a Advocacia-Geral

da União passou pela mais radical das transformações com a mudança de governo em 1º de janeiro de 2023. Embora faça parte do senso comum universal de que a AGU é um órgão de Estado e não de governo, não pode haver nada mais divergente do que um Estado comandado por Bolsonaro e um Estado comandado por Lula.

As diferenças começam pelos nomes dos chefes. Até 31 de dezembro, a AGU foi comandada por Bruno Bianco Leal, procurador federal que teve sua atuação focada no INSS e fez carreira na administração pública na gestão de Bolsonaro. A partir de 1º de janeiro, o cargo foi ocupado por Jorge Messias, procurador da Fazenda Nacional que também teve atuação na administração pública como subchefe para assuntos jurídicos da Presidência da República na gestão Dilma Rousseff. Atuou também nos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, assim como no BNDES e no Banco Central.



Diferença mais notória se deu no dia 8 de janeiro, quando a Advocacia-Geral da União no modo Jorge liante da invasão às sedes dos Três Poderes, por seguidores de prisão em flagrante de envolvidos com a depredação, nario, Anderson Torres, e outros agentes públicos suspeitos de

DIREÇÃO

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Jorge Rodrigo Araújo Messias

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO / ADJUNTO

Flávio José Roman

PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO

Marcelo Eugênio Feitosa Almeida

CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO

André Augusto Dantas Motta Amaral

PROCURADORA-GERAL FEDERAL

Adriana Maia Venturini

SECRETÁRIA-GERAL DE CONTENCIOSO

Isadora Maria Belém Rocha Cartaxo de Arruda

CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO

Heraclio Mendes de Camargo Neto

SECRETÁRIA-GERAL DE CONSULTORIA

Clarice Costa Calixto

SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Elisa Monteiro Malafaia

SECRETÁRIO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Francisco Alexandre Colares Melo Carlos

Além dos pedidos feitos no próprio dia da invasão, a AGU

apresentou cinco ações na Justiça Federal. Quatro delas foram movidas contra pessoas e empresas que financiaram o fretamento de ônibus para os atos ou foram presas em flagrante participando da depredação – o pedido de ressarcimento aos cofres públicos chega a R\$ 20,7 milhões. Outra ação cobra indenização de R\$ 100 milhões dos envolvidos “pelo dano moral que o episódio causou ao afrontar valores caros ao Estado Democrático de Direito”.

Em seu discurso de posse, em 2 de janeiro, Jorge Messias foi categórico: “Os ataques a autoridades que presenciamos nos últimos anos não serão mais tolerados.” Está no horizonte da AGU a criação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, cuja função será representar a União em demandas para o enfrentamento à desinformação sobre políticas públicas, incluindo a defesa em matéria eleitoral.

A proposta, porém, enfrenta resistência de setores que veem riscos de cerceamento da liberdade de expressão e apelidaram a estrutura de “Ministério da Verdade”. Atento às críticas, o advogado-geral

criou um grupo de trabalho para cuidar da regulamentação da procuradoria.

Discussões sobre a defesa da democracia passarão pelo tema da desinformação. Messias defende que já existem balizas jurídicas para enfrentar a propagação de notícias falsas, como a resolução do TSE 23.714/22 e o Artigo 323, do Código Eleitoral (Lei 4737/65). A tipificação de condutas criminosas relacionadas às *fake news*, no entanto, entende que deve ser debatida no Congresso Nacional.

O posicionamento do advogado-geral é de que as ações contra a desinformação exigem a participação das plataformas digitais e o diálogo com elas. Em audiência pública sobre o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) no STF, defendeu a necessidade de impor maior responsabilização e pró-atividade das plataformas digitais para inibir ilícitos, uma vez que essas empresas auferem lucros expressivos a partir de modelo de negócios baseado na coleta de dados pessoais e comportamentais, na monetização e no impulsionamento de conteúdo.

Em movimento de rever posicionamentos jurídicos, revogou a Portaria Normativa 73/2022, editada no governo anterior, que dispunha sobre os procedimentos de uso de precatórios em pagamentos para órgãos e entidades públicas federais. Na visão da União, é preciso compatibilizar normas internas com as estabelecidas na relação com o Poder Judiciário.



Jorge Messias

NOME

Jorge Rodrigo Araújo Messias

NASCIMENTO

25/2/1980, em Recife

POSSE:

2/1/2023

NOMEAÇÃO:

Luiz Inácio Lula da Silva

ORIGEM:

AGU

ATIVIDADE PROFISSIONAL

▶ Procurador da Fazenda Nacional desde 2007. Foi subchefe para

Assuntos Jurídicos da Presidência da República, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e consultor jurídico dos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Também atuou como procurador do Banco Central e do BNDES.

ATIVIDADE ACADÊMICA

▶ Bacharel em Direito pela UFPE (2003); mestre (2018) e doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela UnB
▶ Professor convidado da UnB (2018-2022)

CONTATO

Atende presencialmente solicitações de audiências enviadas por e-mail

Chefe de Gabinete:
Gabinete: AGU, SA 5/6, Edifício Sede I, 70070-030

(61) 2026-8510
2026-8500

www.gov.br/ag

agenda.minist

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

A nova gestão da Advocacia-Geral da União instalou uma assessoria especial de diversidade e inclusão. Criou, ainda, uma Procuradoria do Clima e do Meio Ambiente para “ajudar o país a retomar sua agenda ambiental, duramente negligenciada em tempos recentes”. Uma das medidas já adotadas foi a revisão do entendimento sobre a prescrição de multas ambientais, que levava à prescrição de cerca de 184 mil multas, com impacto estimado em R\$ 29 bilhões.

Junto ao Ministério do Meio Ambiente, a AGU também pediu a perda total ou parcial do objeto das ações da chamada “pauta verde”, conjunto de processos levados ao Supremo para questionar as políticas ambientais do governo Bolsonaro. Para as duas instituições, o país saiu do “Estado de Coisas Inconstitucional” no meio ambiente, já que o novo governo promoveu mudanças que atendem ao que foi pedido pelos autores das ações, como a retomada do combate ao desmatamento, o retorno do Fundo Amazônia e a volta da participação da sociedade civil na formulação e na execução das políticas

ambientais.

AGU EM NÚMEROS		
	2021	2022
Advogados, procuradores e servidores	10.618	9.905
Unidades instaladas	209	206
Orçamento	R\$ 4,1 bilhões	R\$ 4,1 bilhões
Valores recuperados de ativos e insumos	R\$ 8 bilhões*	R\$ 8 bilhões**

*R\$7,912 bilhões **R\$8,259 bilhões

[Clique aqui para ampliar a imagem*](#)

Em 2022, a União recebeu mais de 429 mil ações judiciais, segundo dados do relatório de gestão. Mais de 2,1 milhões de atividades judiciais foram necessárias para atender a demanda até novembro – número que não foge à regra se comparado com anos anteriores (2,5 milhões em 2021 e 2,1 milhões em 2020).

As decisões sobre auxílio emergencial tiveram significativa redução no volume de tarefas judiciais, passando de 20% do total em 2021 para 6,7% em 2022. O relatório mostrou que a discussão sobre o benefício ainda movimenta a Justiça, com mais de 29 mil ações. O número está em queda em relação a 2021 (105 mil) e 2020 (161 mil), fase mais severa da epidemia.



[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Na área econômica, a Advocacia-Geral da União vai trabalhar no acompanhamento e no monitoramento de riscos fiscais judiciais. Já para lidar com o aumento da demanda de atuação em massa, o advogado-geral quer investir em tecnologia e inteligência artificial. Além disso, aponta a desterritorialização e a especialização como “caminhos essenciais, assim como o fortalecimento da negociação e das políticas de redução de litígios”.

“É fundamental estabelecer uma atuação estratégica nos processos mais relevantes para a União e suas entidades, aqueles de elevado impacto econômico, político ou social”, afirma, pontuando a necessidade de capacitação específica para as equipes que trabalham com demandas de alta complexidade.

* Dados de valores recuperados atualizados nesta segunda-feira (22/5) pela AGU.

[ANUÁRIO DA JUSTIÇA BRASIL 2023](#)

[Assista ao evento de lançamento](#)

Edição: 2023

Número de Páginas: 261

Editora: Consultor Jurídico

Versão impressa: R\$ 40, na [Livraria ConJur](#) ([clique aqui para comprar](#))

Versão digital: acesse pelo site anuario.conjur.com.br ou pelo app



Anuário da Justiça

Anunciaram nesta edição

Apoio

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

Anunciantes

Advocacia Fernanda Hernandez

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bottini & Tamasauskas Advogados

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

D'Urso & Borges Advogados Associados

David Rechulski Advogados

Dias de Souza Advogados

Erik Pereira Advogados

Feldens Advogados

Fontes Tarso Ribeiro Advogados

Fux Advogados

Gomes Coelho & Bordin Sociedades de Advogados

Gustavo Uchôa Advogados

Heleno Torres Advogados

Hesketh Advogados

JBS S.A.

Leite, Tosto e Barros Advogados

Lima Gonçalves, Jambor, Rotenberg & Silveira Bueno – Advogados

Machado Meyer Advogados

Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia

Mendes, Nagib & Luciano Fuck Advogados Milaré Advogados

Moraes Pitombo Advogados

Nelio Machado Advogados

Nepomuceno Soares Advogados

Nery Sociedade de Advogados

Pardo Advogados & Associados

Prevent Senior

Sergio Bermudes Advogados

SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados

Tavares & Krasovic Advogados

Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados

Tojal Renault Advogados

Walter Moura Advogados Associados

Warde Advogados